



UNIFAL-MG
Universidade Federal de Alenas

13 SET 2010

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PROTOCOLO GERAL

Processo: 23087.005243/2010-15 Data: 13/9/2010
Interessado: SHA Comércio de Alimentos Ltda.
Assunto: Recurso Administrativo referente Concorrência Pública 01/2010.
Destino: Presidente da Comissão Permanente de Licitações da Universidade Federal de Alenas

MOVIMENTAÇÕES

SEQ.	SIGLA	CÓDIGO	DATA	SEQ.	SIGLA	CÓDIGO	DATA
01				15			
02				16			
03				17			
04				18			
05				19			
06				20			
07				21			
08				22			
09				23			
10				24			
11				25			
12				26			
13				27			
14				28			

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO

ANEXOS:

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS – UNIFAL – MG.**

23087.005243/2010-15

UNIFAL-MG
Universidade Federal de Alfenas

13 SET 2010

PROTOCOLO GERAL

Concorrência Pública 01-2010

Processo nº. 23087.003278/2010-10

SHA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA., empresa com sede à Avenida Lucas Nogueira Garcez, nº 2600 – Nova Jacareí – Jacareí – São Paulo, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.980.272/0001-90, com Inscrição Estadual nº 392.100.603.110, por seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente a presença de Vossa Senhoria, com fundamento no art. 37, XXI da Constituição Federal, art. 109, I, a da Lei 8.666/93 e item 52 e ss. do edital, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da habilitação da licitante Junco & Moreira Ltda, já qualificada nos autos do processo licitatório em epígrafe, pelos motivos de fato e direito que passa a expor:

1 - DOS FATOS

A Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL – MG em absoluta consonância com os princípios e normas jurídicas atinentes as contratações públicas, publicou o edital de concorrência, de numeração em epígrafe objetivando a concessão de uso do Restaurante Universitário e da Cantina do Campus da

Universidade, nas cidades de Alfenas/MG e Poços de Caldas por parte de empresa do ramo de serviços de alimentação coletiva, com vistas ao fornecimento de café da manhã, refeições do almoço em bandeirão e marmitex e refeições do jantar, assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas aos beneficiários.

Com efeito, durante o procedimento licitatório, três empresas se credenciaram objetivando explorar o objeto licitado, das quais restaram habilitadas a Recorrente bem como a empresa Junco & Moreira Ltda EPP.

Contudo, data maxima venia, temos que a respeitosa decisão prolatada por esta Comissão Permanente de Licitações, no sentido de habilitar à licitante Junco & Moreira Ltda EPP., está a merecer reparos, posto que, consoante se denota dos autos, a documentação de habilitação apresentada, viola flagrantemente os princípios, normas jurídicas e editalícias a que a Administração está plenamente vinculada. Senão Vejamos:

2 – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

2.1 DA FALTA DE COMPROVAÇÃO PLENA DA REGULARIDADE FISCAL

Consoante se denota do edital convocatório de concorrência, restou requerido pela Administração Licitante que, para fins de habilitação, a proponente deveria apresentar prova de Inscrição no Cadastro Estadual e Municipal, de modo a comprovar a plena regularidade fiscal.

Neste sentido, item 28.1.2.

28.1.2 Relativos à Regularidade Fiscal:

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

b.1) em razão de o objeto do certame se referir a prestação de serviços deverá ser apresentada obrigatoriamente, a prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal;

Pois bem, em face da cláusula acima destacada, a proponente Junco & Moreira Ltda EPP, trouxe aos autos, suposta prova de Inscrição no Cadastro Estadual e Municipal.

Ocorre que, ao que se pode visivelmente vislumbrar do documento, o mesmo endossa como sede, o endereço situado a Rua Romualdo Andreazzi, nº 177, Jardim do Trevo, Campinas – São Paulo.

Seria mera irregularidade, se não houvesse no local, exatamente no endereço que consta na certidão apresentada pela licitante Junco & Moreira Ltda EPP, a filial da empresa B.B.L.C. Empreendimentos e Serviços Ltda., devidamente cadastrada no CNPJ nº 10.353.007/0001-40, consoante se auffle do documento em anexo.

Diante disto, depreende que, o endereço constante no documento se refere à filial de outra empresa que sequer está participando do certame em exame e ainda cujos sócios não coincidem com o da empresa Junco & Moreira Ltda EPP.

Destarte, temos como incontroverso que, se o documento se refere à filial de uma outra empresa, a proponente Junco & Moreira Ltda EPP.

não apresentou o seu próprio documento de comprovação de Inscrição no Cadastro Estadual e Municipal, deixando de atender portanto, ao item 28.1.2 do instrumento convocatório.

A ausência da plena comprovação da regularidade fiscal, se traduz em irregularidade grave, porquanto o preenchimento de todas as exigências consubstanciadas no edital e na lei, se traduzem em requisito essencial para a habilitação, porquanto vinculado às regras estabelecidas na lei de licitações, ao qual, por meio do artigo 27 destaca:

Art. 27. Para a habilitação nas licitações **exigir-se-á** dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

III - qualificação econômico-financeira;

IV - regularidade fiscal.

V – cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

A Habilitação é ato pelo qual, a Administração visualiza, através da exigência de requisitos mínimos delineados pela própria norma geral aplicável, que proponente possui capacidade de contratar. Entretanto, de se analisar, que pela imposição contida no artigo 27, ao qual se utiliza da expressão “exigir-se – à”, que, a requisição dos documentos nele qualificados, não se insere no âmbito de discricionariedade da Administração, tratando-se, todavia, de ato vinculado e indissociável da idéia de licitação.

Neste sentido, manifesta-se a doutrina pátria:

Na acepção semântica de fase procedimental, a habilitação sujeita-se ao disposto na lei e no ato convocatório.

Enquanto ato decisório, a habilitação é ato vinculado. Não é informada por qualquer juízo de conveniência. Nem pode se fundar na vantajosidade de propostas. Há uma radical dissociação entre “habilitação” (exame da presença das condições do direito de licitar) e julgamento das propostas (pág. 299).

Depreende-se desta maneira que o fato da Comissão haver habilitado a proponente Junco & Moreira Ltda EPP, ainda que a mesma não tenha cumprido e demonstrado a regularidade fiscal exigida no edital, qual seja, comprovação legal da inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal claramente desrespeitou a legislação pátria, além das cláusulas constantes no instrumento convocatório ao qual está vinculada, nos termos dos artigos 3º e 41º da Lei de Licitações. Vejamos:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

**Art. 41. A Administração não
normas e condições do edital
estritamente vinculada.**

A doutrina leciona sobre o assunto, e pacificamente, no sentido que a Administração está plenamente vinculada ao edital convocatório, sendo certo que a sua não observância acarreta a nulidade do procedimento.

Princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além disso, mencionado no artigo 3º da lei 8666/93, ainda tem sido mencionado no artigo 41, segundo o qual **“a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”**.

O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, quanto aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope proposto (art. 43, inciso II)...”

Assim, a legislação de regência que impõe a inabilitação do licitante que não atendeu ao edital. O próprio instrumento fora

16. As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope "Documentação", ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido nesta Concorrência ou com irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.

Nada obstante a ofensa a legislação e ao próprio edital ao qual a Administração está vinculada, ainda a aceitação quanto ao documento que não espelha a realidade, ou seja que não demonstra a efetiva inscrição da proponente Junco & Moreira Ltda EPP nos Cadastros Estaduais e Municipais, evidencia patente restrição ao universo de competidores, porquanto muitas empresas que não possuíam a inscrição requerida por exemplo deixaram de participar, muitas vezes até com preços inferiores, o que certamente acarretou prejuízos aos cofres do Estado bem como as demais licitantes.

Convém salientar que a necessidade de atualização do endereço da sede, e a clareza de informações nos documentos apresentados se traduz em um requisito supremo se considerarmos que a empresa fornecedora de bens para a Administração está exercendo um serviço público, custeado pelos cofres do Estado. Em virtude disto, notório que se trata de resguardar a res pública de aventureiros para apenas ingressam nos certames públicos, visando o lucro, porém sem comprometimento algum com a atividade executada.

Não se trata apenas de uma simples irregularidade formal, mas sim de uma grave ofensa aos princípios da legalidade, da segurança e da moralidade, princípios estes aos quais a Administração está plenamente vinculada, nos termos do artigo 37 "caput" da Constituição Federal.

Assim sendo, por todo o exposto, considerando que a proponente não atendeu ao item 28.1.2 alinea "b" do edital convocatório, rogamos pela

consideração desta D. Comissão, para o fim de reformar a decisão prolatada, julgando-se pela inabilitação da empresa Junco & Moreira Ltda. EPP.

2.1 DA FALSA INFORMAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL – CONFUSÃO PATRIMONIAL

Nada obstante ao quanto acima destacado, ganha maior relevo os motivos que ensejam a inabilitação da licitante se analisarmos o que se extrai do contrato social da empresa Junco & Moreira Ltda EPP. A sua sede, ou seja, seu estabelecimento principal situa-se na Rua Antonio Borges, nº 12, Bairro Chapadão, Campinas, São Paulo, onde declara a existência e funcionamento de uma cozinha industrial.

Entretanto, forçoso esclarecer que flagrante é a inverdade de tal declaração, pois conforme se denota do mesmo documento (contrato-social), o endereço em verdade se trata da residência dos sócios, local este de zoneamento exclusivamente residencial, situação que evidencia a impossibilidade de o suposto estabelecimento principal da licitante possuir, tampouco funcionar, uma cozinha industrial.

Convém destacar que as afirmações acima, não estão cerceadas em meras suposições da Recorrente, porquanto, verificando a divergência nas informações, realizou diligências até o local, momento no qual se deparou com uma mera residência, sem qualquer elemento industrial. Para corroborar a assertiva, segue em anexo, fotos do local que comprovam de plano a impropriedade.

Desse modo, afigura-se incontroversa a falsidade de informação essencial do documento constitutivo da licitante, fato este que por si só além de ter o condão de inabilitá-la pode ensejar sua inidoneidade.

Forçoso destacar de igual modo que, para a formação de um estabelecimento empresarial, imperioso se faz a reunião dos bens necessários para o exercício da atividade econômica pretendida.

Neste sentido, são as definições trazidas a baila pela doutrina de Fabio Ulhoa Coelho¹:

“O estabelecimento empresarial é a reunião dos bens necessários ao desenvolvimento da atividade econômica.”

Assim, em face da assertiva, cristalino que, se o estabelecimento se forma, pela reunião de bens, quem não possui a reunião dos bens necessários e essenciais para a exploração da atividade econômica, de fato, não explora a referida atividade econômica, qual seja, fornecimento de refeições coletiva.

O citado autor ainda segue fazendo a relevante e necessária dissociação que se deve fazer entre o patrimônio da sociedade empresária com o da pessoa dos sócios nestes termos:

“Por sua vez, o patrimônio do empresário – principalmente se trata de sociedade empresária – resume-se no estabelecimento empresarial. Trata-se, no entanto, de institutos jurídicos distintos. Todo estabelecimento empresarial integra o patrimônio de seu titular, mas este não se reduz àquele necessariamente. Os bens e propriedade do empresário, cuja exploração não se relaciona com o desenvolvimento da atividade econômica, integram seu patrimônio, mas não o estabelecimento empresarial.”

¹ Manual de Direito Comercial, Fabio Ulhoa Coelho. 16ª ed., Saraiva, 2005. p. 56/58.

Assim, interpretando os ensinamentos da doutrina a luz do caso concreto, pode-se assim dizer: A casa do sócio, quer seja pelo prisma das condições higiênico-sanitárias, Manual de Boas Práticas, proibição da lei de zoneamento, quer seja por qualquer outro motivo de caráter lógico que se possa imaginar, juridicamente, por não estar relacionada com a reunião do complexo de bens necessários a exploração do fornecimento de refeições coletivas, **não integra o estabelecimento de uma sociedade empresarial do ramo de alimentação coletiva.**

A situação é patente. Não se trata aqui de contratação de simples assessoria, por exemplo, onde não se requer tantas exigências de ordem material. O objeto do certame está voltado para o fornecimento e preparo de refeições, de tal sorte que, a existência de uma cozinha industrial, trata-se de condição "*sine qua non*" ao desenvolvimento do quanto pretendido, bem como para a própria composição da sociedade.

E mais, o que se verifica na hipótese dos autos é que, além da licitante não possuir cozinha industrial essencial para o exercício de sua atividade econômica, ainda traz em seu principal documento de constituição, a informação inverídica de que possui referido bem, demonstrando assim, que não esta de forma alguma apta a execução do objeto lícitado.

Pois bem, nada obstante a falsidade das informações e por sua vez, a inexistência de elemento básico para a existência e formação do estabelecimento comercial, incontroverso se faz a constatação do abuso da personalidade jurídica caracterizada pela confusão patrimonial, caracterizada pelo mesmo endereço entre residência dos sócios e local da sede.

Referida situação de confusão, se trata de conduta de alta reprovação social, tendo o legislador positivado como motivo suficiente para decretação da desconsideração da personalidade jurídica.

Conforme Fábio Konder Comparato que é quem propôs a teoria da desconsideração da personalidade jurídica objetiva acolhida pela legislação pátria (art. 50 do Código Civil), os pressupostos da desconsideração da personalidade jurídica são objetivos, a saber: confusão patrimonial ou desaparecimento do objeto social.

Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

Conforme se extrai do exposto, vislumbra-se de forma manifesta o abuso da utilização da personalidade jurídica da sociedade tanto pela confusão patrimonial, quanto pelo desaparecimento do objeto social, pois, conforme exhaustivamente explanado, não havendo de fato o estabelecimento principal da sociedade, impossível se faz a consecução do objeto social indicado.

Ademais, a indicação da sede de fato constitui elemento essencial do contrato social (art. 997, II, do CC/02). Desse modo, não corroborando com a verdade a indicação do estabelecimento principal da sociedade (sede da empresa), notória é a irregularidade do contrato social em manifestar informação que não corresponde com a realidade.

Embora as razões acima destacadas já sejam suficientes e necessárias para a inabilitação da empresa Junco & Moreira Ltda EPP, com base nas cabais evidências, forçosa é a conclusão de colocar em xeque se, faticamente, a referida licitante ainda explora a atividade empresarial de fornecimento de refeições coletivas, este, pressuposto básico para a habilitação ao presente certame.

Importante salientar que, o fato do edital aludir no sentido de que as refeições serão preparadas no local, não desqualifica as alegações acima, porquanto o que se pretende demonstrar é que, a licitante Junco & Moreira Ltda EPP trouxe aos autos informações inverídicas, além do que, não reúne bens necessários para exercer e compor a atividade comercial bem como se está protagonizando uma patente desconsideração da personalidade com a confusão patrimonial dos seus sócios.

Assim sendo, por todo o exposto, considerando que, a proponente não possui cozinha industrial, conforme afirma veementemente no seu contrato social e considerando, portanto que, além de trazer informações eivadas de falsidade, não reúne elementos para constituir a sua sociedade, rogamos pela consideração desta D. Comissão de Licitações para o fim de reformar a decisão ora recorrida, julgando-se ao final, pela inabilitação da licitante Junco & Moreira Ltda EPP.

3 – DO PEDIDO

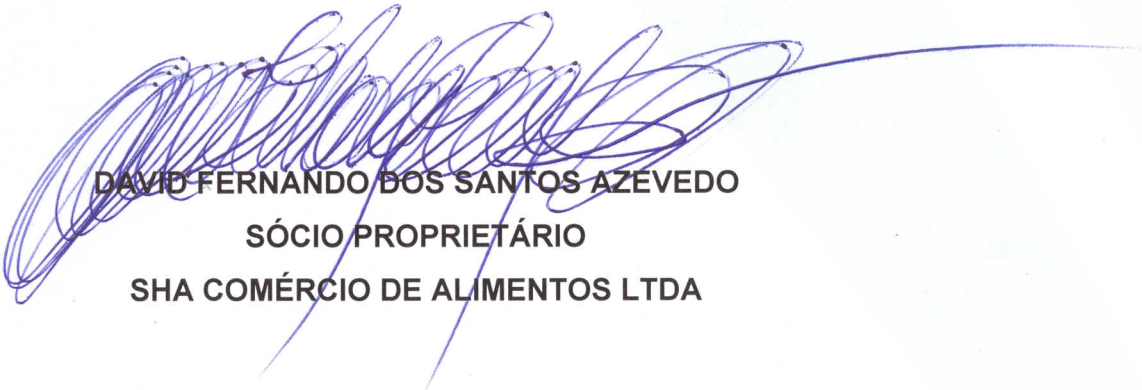
Diante de todo o exposto, considerando que a proponente não atendeu ao instrumento convocatório, e ainda tomando-se em conta que a mesma trouxe aos autos documentos com informações eminentemente inverídicas, requer a esta r. Comissão Permanente de Licitações se digne a:

- a) receber o presente recurso nos termos dos itens 52 a 54 do edital;
- b) acolher as razões aqui esposadas inabilitando empresa Junco & Moreira Ltda EPP.

Termos em que

Pede-se deferimento

Alfenas, 10 de setembro de 2010.



DAVID FERNANDO DOS SANTOS AZEVEDO
SÓCIO PROPRIETÁRIO
SHA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESP.FAZENDA.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA						
NIRE	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO	INÍCIO DAS ATIVIDADES	PRAZO DE DURAÇÃO		
35222506309		30/07/2008	04/07/2008	INDETERMINADO		
NOME COMERCIAL					TIPO JURÍDICO	
B.B.L.C. EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA - EPP					SOCIEDADE LIMITADA	
P.J.		ENDEREÇO	NÚMERO	COMPLEMENTO		
353.007/0001-40		RUA MADRE AMBROSINA DEFRANCESCO	175			
BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	CEP	MOEDA	VALOR CAPITAL	
JARDIM DA SERRA	TIETE	SP	18530-000	R\$	350.000,00	

OBJETO SOCIAL
COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS, EXCETO PROFISSIONAIS E DE SEGURANÇA
COMÉRCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSÓRIOS PARA USO PROFISSIONAL E DE SEGURANÇA DO TRABALHO
COMÉRCIO ATACADISTA DE CALÇADOS
COMÉRCIO ATACADISTA DE BOLSAS, MALAS E ARTIGOS DE VIAGEM
FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS

SÓCIO E ADMINISTRADOR					
NOME					
EVERALDO PEDRO LUCHETA					
ENDEREÇO			NÚMERO	COMPLEMENTO	
RUA MAURILIO LAZARIN			70		
BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	CEP	RG	
CHAB	TIETE	SP	18530-000	29603295	
CPF	CARGO				QUANTIDADE COTAS
258.570.768-70	SÓCIO E ADMINISTRADOR				110.810,00

SÓCIO E ADMINISTRADOR					
NOME					
PEDRO AGNALDO BLANCO					
ENDEREÇO			NÚMERO	COMPLEMENTO	
RUA MADRE AMBROSINA DEFRANCESCO			165		
BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	CEP	RG	
JARDIM DA SERRA	TIETE	SP	18530-000	230782796	
CPF	CARGO				QUANTIDADE COTAS
150.514.978-96	SÓCIO E ADMINISTRADOR				110.845,00

SÓCIO
NOME
SERGIO BENEDITO BRANDOLISE



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

ENDEREÇO RUA BOM PASTOR		NÚMERO 135	COMPLEMENTO	
BAIRRO PARAISO	MUNICÍPIO TIETE	UF SP	CEP 18530-000	RG 153431714
CPF 072.948.218-95	CARGO SÓCIO			QUANTIDADE COTAS 17.500,00

SÓCIO E ADMINISTRADOR				
NOME TIAGO COAN COLODETO				
ENDEREÇO RUA PARAISO		NÚMERO 491	COMPLEMENTO	
BAIRRO PARAISO	MUNICÍPIO TIETE	UF SP	CEP 18530-000	RG 413397385
CPF 223.876.718-56	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR			QUANTIDADE COTAS 110.845,00

FILIAIS				
NIRE 35903549416		CNPJ		
ENDEREÇO RUA ANGELO MODELO		NÚMERO 1228	COMPLEMENTO	
BAIRRO DI NAPOLI I	MUNICÍPIO CERQUILHO	UF SP	CEP 18520-000	
NIRE 35903683716		CNPJ		
ENDEREÇO RUA ANTONIO CORREA BARBOSA		NÚMERO 2233	COMPLEMENTO TERREO 2	
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO PIRACICABA	UF SP	CEP 13400-810	
NIRE 35903683724		CNPJ		
ENDEREÇO RUA ROMUALDO ANDREAZZI		NÚMERO 177	COMPLEMENTO	
BAIRRO JARDIM DO TREVO	MUNICÍPIO CAMPINAS	UF SP	CEP 13041-030	

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO	
DATA 26/02/2010	NÚMERO 055.809/10-8
ABERTURA DE FILIAL NIRE 35903683716, SITUADA À: RUA ANTONIO CORREA BARBOSA, 2233, TERREO 2, CENTRO, PIRACICABA - SP, CEP 13400-810, COM OBJETO DESTACADO DE LANCHONETES, CASAS DE CHÁ, DE SUCOS E SIMILARES, COM CAPITAL DESTACADO DE 5.000,00 (CINCO MIL REAIS). COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 12/02/2010.	
ABERTURA DE FILIAL NIRE 35903683724, SITUADA À: RUA ROMUALDO ANDREAZZI, 177, JARDIM DO TREVO, CAMPINAS - SP, CEP 13041-030, COM OBJETO DESTACADO DE FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS, COM CAPITAL DESTACADO DE 10.000,00 (DEZ MIL REAIS). COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 12/02/2010.	



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS, EXCETO PROFISSIONAIS E DE SEGURANÇA, COMÉRCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSÓRIOS PARA USO PROFISSIONAL E DE SEGURANÇA DO TRABALHO, COMÉRCIO ATACADISTA DE CALÇADOS, COMÉRCIO ATACADISTA DE BOLSAS, MALAS E ARTIGOS DE VIAGEM, FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ. SITUADA À RUA MADRE AMBROSINA DEFRANCESCO, 175, JARDIM DA SERRA, TIETE - SP, CEP 18530-000, COM OBJETO DESTACADO DE : COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS, EXCETO PROFISSIONAIS E DE SEGURANÇA.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35222506309
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 09/09/2010

Assinatura do autor por Katia Regina Bueno de Godoy
<krsantos@fazenda.sp.gov.br> Validade desconhecida
Assinado por: Katia Regina Bueno de Godoy
Data: 10/09/2010 18:22:16 -03:00
Motivo: Autenticação de Certidão Simplificada
Localização: Sao Paulo



Certidão Simplificada emitida para PAULO RENATO BARROS DE SOUZA:26461847863
[Autenticidade: 11094305] - Junta Comercial do Estado de São Paulo - www.jucesp.fazenda.sp.gov.br



12